

Apresentação

A Revista de Educação Popular cumpre um papel da maior importância no âmbito da cultura acadêmica, embora sua atuação seja ainda mais significativa para além dos limites da academia. A diversidade dos temas tratados e dos autores que a ela se dirigem para divulgar seus trabalhos e experiências é reveladora do interesse que desperta como veiculadora de saberes que se intercambiam, mediados pelo trabalho dedicado do seu Conselho Editorial.

Produzida no espaço institucional de gestão da extensão da Universidade Federal de Uberlândia, a revista tem sido subsidiada, em sua constituição ano a ano, pelo dinamismo dos movimentos sociais que se articulam nas ações coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. O estímulo dinâmico dos movimentos sociais propicia desdobramentos inesperados em novas ações, envolvendo um número crescente de professores universitários e das redes de ensino básico, de estudantes e de participantes dos movimentos populares. Nos múltiplos espaços em que a atuação acadêmica interage com as atividades e experiências populares, verifica-se a fertilidade das reflexões, permeadas por polêmicas de cunho teórico, metodológico e político, responsáveis pelo enriquecimento recíproco do conhecimento sistematizado no âmbito da Universidade e do conhecimento forjado no cotidiano das vivências sociais.

O trabalho que vem sendo realizado pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia remete às avaliações sobre a universidade brasileira nas décadas de 1970 e 1980, elaboradas por intelectuais da estirpe de Florestan Fernandes e Luís Antonio Cunha, cujas reflexões apontavam como elitista e distante do povo e dos problemas nacionais. O retorno a essas avaliações é bastante gratificante, na medida em que revela a evolução da universidade no rumo da democratização do seu espaço e da construção

de uma ética de respeito pelos saberes sociais, oriundos ou não do espaço acadêmico. Como diz Miguel Arroyo, nesta mesma publicação:

A universidade e o saber científico empobrecem quando não reconhecem a riqueza dos saberes populares, e enriquecem quando conhecem esta riqueza e esta diversidade. A minha certeza é que este encontro (II Enescpop), que já é uma tradição e um orgulho desta Universidade, será uma trincheira, uma fronteira de algo que ainda não se conhece na universidade pública, ou seja, reconhecer os saberes dos movimentos sociais.

Embora ainda insuficiente, tendo em vista as carências gigantescas que se verificam na realidade brasileira, o compromisso, crescentemente assumido por algumas universidades com o povo e os problemas que o afligem, permite aos setores sociais envolvidos fincar pé nesta base assim constituída e, a partir daí, multiplicar as ações de comprometimento do saber acadêmico com os interesses e as necessidades populares.

Na Universidade Federal de Uberlândia, os produtos gerados em decorrência da ação extensionista corroboram o otimismo demonstrado. Um exemplo é a Revista de Educação Popular. O periódico é vinculado ao Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares, um entre vários outros Programas implementados pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. A metodologia que utiliza compreende procedimentos desenvolvidos no âmbito da academia e outros praticados pelos movimentos sociais e populares. As atividades que compõem a sua programação são definidas em um Fórum constituído por professores(as), estudantes (estagiários, bolsistas e voluntários) e funcionários da Universidade, bem como por educadores(as) do ensino básico e por componentes de movimentos

sociais e populares. Além do caráter deliberativo de que se reveste, o Fórum do Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares desenvolve uma programação interna de formação teórica, realizando estudos e debates sobre temas do seu interesse. Cabe também a ele próprio a responsabilidade pela implementação das atividades previstas no seu planejamento anual.

A Revista de Educação Popular apresenta uma dinâmica de constituição relativamente autônoma em relação ao Programa, na medida em que obedece aos critérios de organização de periódico acadêmico, com uma Editoria responsável, um Conselho Editorial e procedimentos de seleção de artigos traduzidos em normas estabelecidas em um Regimento. No entanto, a composição do seu Conselho Editorial contempla os vínculos com os movimentos sociais e populares e as reflexões realizadas no seu âmbito procuram dar conta do arcabouço conceitual que diz respeito à educação, à saúde e à cultura populares. Além disso, o material publicado pela Revista contempla tanto produções e linguagem acadêmica, quanto experiências e elaborações de cunho popular. Dessa forma, a Revista promove o intercâmbio de saberes acadêmico-científicos e populares e propicia que o Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares divulgue sua memória - metodologia, projetos, ações, avaliações.

O volume 6 da Revista de Educação Popular é bastante abrangente, tanto em relação às temáticas que a definem - educação, saúde e cultura -, quanto ao espaço institucional em que se desdobram os estudos, pesquisas e experiências relativas às vivências populares e aos pontos de vista e posições teóricas dos colaboradores.

Sobre a temática da educação, está sendo publicada uma entrevista com o Prof. Miguel Arroyo, da Universidade Federal de Minas Gerais, editada a partir da conferência que proferiu no II ENESCPOP - Pedagogias em movimento - em que salienta o caráter pe-

dagógico dos movimentos sociais. Para o autor, os Movimentos Sociais recuperam a educação, recuperam algo que estava perdido, escondido atrás da palavra 'ensino'. A palavra 'educação' se perdeu no cientificismo, no positivismo, e nós nem saudade tivemos dos tempos em que a escola básica e a universidade eram centros de formação, de educação. Os Movimentos Sociais trazem de volta a consciência de ser um movimento educativo, pois não apenas ensinam, fundamentalmente, formam, educam.

O Conselho Editorial da revista escolheu mais quatro textos sobre o tema, que não apenas realizam reflexões conceituais sobre a educação popular e a educação escolar, como ainda apresentam informações sobre carências e demandas por serviços educacionais qualificados. O texto *Notas sobre a história da educação de jovens e adultos no Brasil: da Campanha Nacional de Alfabetização ao Projeto Por um Brasil Alfabetizado (uma experiência no Tocantins)*, de Sauloéber Társio, professor da Universidade Federal de Uberlândia, no Campus do Pontal, e de Mônica Rocha, professora da rede pública do ensino básico do Estado do Tocantins, enfatiza as políticas oficiais brasileiras de alfabetização de adultos a partir da década de 1960. *Educação popular e educação escolar: caminhos cruzados*, artigo da Prof^a. Célia Maria Benedicto Giglio, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, destaca a oscilação interesse x repulsa da sociedade brasileira em relação à escola pública desde o período da Monarquia. O texto de Cláudia C. Guerra, Presidente da ONG S.O.S. Mulher Família, *Menino brinca de boneca e menina de carrinho?*, faz um cruzamento entre estudo de gênero e educação e propõe a implementação de uma educação cidadã e integral para homens e mulheres, segundo a qual as tarefas se dão por habilidades e competências e não por papéis tradicionalmente construídos. Outro artigo, do Grupo de Trabalho de Educação do Campo, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - *Licenciatura em Educação do Campo: reivindicação dos movimentos*

sociais de luta e um desafio para a Universidade - apresenta uma proposta de curso de licenciatura para formação de professores para atuarem na educação do campo, buscando suprir a necessidade de profissionais neste espaço social.

A esse respeito, cabe destacar o depoimento de Maria Eleusa Mota Santana, membro do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, membro da Coordenação do Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares da Universidade Federal de Uberlândia e aluna do Curso de Pedagogia da Terra, da Universidade Federal de Minas Gerais, em que faz reflexões sobre a construção conceitual e metodológica sobre a educação popular, mediadas pela experiência da luta pela terra.

Mais dois artigos tratam da educação. Nesses artigos, porém, o tema funciona como pano de fundo para problematização e esclarecimentos em relação aos conceitos de inclusão/exclusão, o primeiro, enquanto que o segundo faz uma abordagem sobre a metodologia da pesquisa em educação popular, com projeção sobre a construção de saber partilhado com os grupos sociais envolvidos: *A inclusão nossa de cada dia*, de Gercina Santana Novais, psicóloga, professora da Escola de Educação Básica e Diretora de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia; *A pesquisa participante - um momento da educação popular*, de Carlos Rodrigues Brandão, antropólogo, professor em atuação nas Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Estadual de Montes Claros/MG e Instituto Paulo Freire, e Maristela Correa Borges, geógrafa, professora da rede estadual de ensino e participante das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, em Uberlândia.

O tema da cultura popular foi contemplado no cruzamento de valores e práticas culturais no espaço educativo. O primeiro texto *A experiência indígena retratando a luta pela preservação cultural através da educação*, de Simone de Loiola Ferreira, socióloga, mostra o

projeto de educação de uma nação indígena do Xingu preocupada com a preservação de valores e de hábitos culturais ameaçados pelo convívio com populações ditas “civilizadas”. O segundo, *Culturas populares e educações*, de Marisa Silva, Coordenadora Pedagógica do Jongo da Serrinha/Madureira, no Rio de Janeiro, e mestranda da Universidade Federal Fluminense, destaca possibilidades educacionais alternativas, mediadas por múltiplas experiências culturais e considerando as classes sociais envolvidas.

Um terceiro texto pode ser incluído nesse rol, ainda que sua abordagem ultrapasse os limites da cultura e avance para o âmbito da luta política pela auto-afirmação e identificação étnico-social. Refiro-me ao texto *21 Anos de GRUCON: A Maioridade da Consciência Negra*, de dois militantes do Movimento Negro, Marcos Erlan - jornalista e dirigente sindical - e Neli Edite dos Santos - professora de língua portuguesa e literatura e assessora da Diretoria de Extensão/Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia. Esse texto comemora o aniversário do Grupo de Consciência Negra de Uberlândia - GRUCON -, mostrando a trajetória histórica do Movimento e apontando as novas frentes de lutas necessárias à superação da situação de degradação social a que negros e negras têm sido submetidos(as) no Brasil.

O tema da saúde popular está representado por três textos de importância inestimável. O primeiro, *Educação popular e saúde*, destaca como as visões de mundo e de ser humano e o projeto de sociedade são dimensões importantes para o estabelecimento de relações entre saúde e educação popular. Sua autora é Maria Waldenez de Oliveira - enfermeira, doutora em Educação, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos e atual coordenadora da Rede de Educação Popular e Saúde. O segundo, *Plantas medicinais e fitoterápicos no contexto da academia, governo e organizações da sociedade civil: exemplo de iniciativas populares no Município*

de Uberlândia/MG, do grupo multidisciplinar de pesquisa da Rede Fitocerrado, coordenado pelo Prof. Foued Salmen Espíndola, do Instituto de Genética e Bioquímica da Universidade Federal de Uberlândia, apresenta os resultados do trabalho de mapeamento da produção e uso de plantas medicinais na cidade de Uberlândia. O terceiro, *Semeando árvores de "medicina da libertação" para cuidar das correntes de vida*, do Prof. Clyde Landford Smith, do Departamento de Medicina Social e Familiar da Residência de Atenção Primária e Medicina Social do Centro Médico Montefiore, em Nova York, e membro do Grupo de Condução Global do Movimento pela Saúde dos Povos (MSP), apresenta o histórico da constituição deste Movimento e a sua importância para a melhoria da qualidade de vida e saúde de populações economicamente desfavorecidas.

Fazendo interface com a questão da saúde e, especialmente, com o tema da luta

política pelo direito à vida, o artigo *Programa Fome Zero: alguns apontamentos sociais e econômicos*, do grupo de pesquisa de Iniciação Científica do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás - Campus de Catalão, sob orientação do Prof. José Henrique Rodrigues Stacciarini, apresenta um estudo do Programa Fome Zero do Governo Lula.

Neste número, portanto, o leitor encontra uma variedade de temas e abordagens sobre a experiência social, que contemplam simultaneamente ações institucionais e ações populares, dando visibilidade à variedade dos fazeres e pensares e à multiplicidade dos conflitos que ocupam os homens e as mulheres na busca de soluções para a sobrevivência em comum.

Dr^a. Maria de Fátima Ramos de Almeida
Professora da Universidade do Estado
do Amazonas
Tefé/AM, 08/10/2007